

Orgão de Comunicação	Jornalista	Secção/Suplemento	Data	Página
"PÚBLICO"	Anabela Campos	Economia	20/06/2006	40

PT quer "despedir" até 500 trabalhadores em 2006 reduzindo indemnizações

SOBRETUDO NA PT COMUNICAÇÕES

Operadora planeia reduzir os custos diminuindo o recurso ao *outsourcing* e reformulando funções dos trabalhadores da rede fixa

ANABELA CAMPOS

A Portugal Telecom (PT) pretende reduzir este ano em 300 a 500 o número de trabalhadores da PT Comunicações (PTC), através de rescisões por mútuo acordo, e diminuir o valor das indemnizações compensatórias que nos últimos dois anos tem atingido montantes que rondam em média 250 mil euros por colaborador.

São números bastante inferiores aos registados em 2005, ano em saíram da operadora de rede fixa da PT, hoje com 7.700 colaboradores, aproximadamente 1.290 trabalhadores, quase três vezes mais. Foi o último ano em que houve a possibilidade de recurso a reformas em condições especiais, e que levou à saída de milhares de trabalhadores da PT, situação que acabou por ser facilitada também pela possibilidade de a operadora fazer deduções fiscais.

Inicia-se em 2006, uma nova era na PT em matéria de pré-reformas e rescisões de contrato, depois de ter cessado em 2005 o decreto-lei das privatizações, que permitia aos trabalhadores da operadora ligados à Caixa Geral de Aposentações (CGA) reformarem-se com 30 anos de serviço e 50 anos de idade. Uma lei que esteve em vigor desde 1997 e permitiu que em 2005 saíssem para a reforma quadros como Miguel Horta Costa e Iriarte Esteves.

Mas as mudanças, apurou o PÚBLICO, não se ficarão por aqui. Henrique Granadeiro, novo presidente da PT, quer redesenhar as funções dos trabalhadores da PTC, e fazer a migração de colaboradores dentro da empresa. Uma alteração que terá impacto ao nível das contratações de serviços em *outsourcing*, área em que Granadeiro pretende mexer, para restringir e reduzir. Objectivo será também estancar a saída de trabalhadores cujas funções deixaram de fazer sentido, mas que podem ser alocados a outro tipo de tarefas.



Penalização das reformas antecipadas obriga Granadeiro a reduzir ritmo de dispensas de pessoal

Levantamento de recursos humanos

A administração já tem um levantamento das necessidades de recursos humanos do grupo, na sequência de um estudo que tinha mandado fazer no início do ano. Este levantamento enquadra-se no projecto de reestruturação do grupo e das funções dos trabalhadores planeado por Granadeiro, e cujos pormenores são ainda desconhecidos, mas que deverão levar a alterações na estrutura organizativa da operadora.

A comissão de trabalhadores (CT) concorda com a redução da contratação de serviços de *outsourcing* e de empreitadas, em áreas como avarias, substituições de cabos e ou, por exemplo, instalações, ou até *call centers*. "Sempre defendemos que uma melhor organização da empresa, permitiria uma redução de desperdício, nomeadamente na contratação de

empreitadas e *outsourcing*", disse ao PÚBLICO o presidente da CT, Francisco Gonçalves. Mas o que está a preocupar a CT é a forma como a operadora irá agora lidar com os recursos humanos. "Receamos que a PT acabe com as pré-reformas e opte pelo caminho mais fácil pressionando os trabalhadores a aceitar rescisões por mútuo acordo recorrendo a terrorismo psicológico. Espero que esta administração, que ainda não mostrou capacidade de aumentar receitas, não esteja a equacionar reduzir os custos mandando pessoas embora. As administrações há muito que só têm um projecto financeiro, e parecem não querer saber do negócio de telecomunicações", acrescentou. Francisco Gonçalves afirma ainda que a curto prazo não vê que tipo de reformulação poderá ser feita nas funções dos trabalhadores.

A PTC, com 7.700 trabalhadores no activo e mais de 6.000 pré-reformados ou com as funções suspensas, em casa a receber 80 por cento do salário, é uma das maiores preocupações dos *holding*, não só porque a operadora tem perdido clientes, como também há a ideia que durante o ano oito meses de facturação são absorvidos pelas responsabilidades com o fundo de pensões. Em 2005, as responsabilidades projectadas para benefícios de reforma - pensões, cuidados de saúde, salários de pré-reformas e empregados suspensos - ascenderam a 5,1 mil milhões de euros. O défice do fundo de pensões (PF) da PT ascende a 2,6 mil milhões de euros; a nova administração já se mostrou disponível para resolver a situação em seis anos, em vez de nos 14 anos permitidos pelas regras. A operadora vai fazer uma injeção extraordinária para o FP de 300 milhões de euros. ■